

AMMPNOTÍCIAS

Diretoria discute com ministro
Marco Aurélio ADI que pode permitir
promotor concorrer ao cargo de PGJ



Acompanhamento institucional continua a todo vapor

Caros Associados,

Na estação de recomeço, as negociações junto à Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União em relação ao auxílio-moradia, previsto expressamente em lei, continuam a todo vapor com a demonstração pelas entidades de classe do déficit legislativo dos Governos Federais desde a implementação do subsídio, em janeiro de 2005. Temos, nas inúmeras reuniões, demonstrado que vivenciamos uma defasagem salarial da ordem de 45%, não obstante o claro comando constitucional no sentido da correção anual dos subsídios. Desta forma, esperamos que o Governo Federal se atente para o achatamento das carreiras do Ministério Público e da Magistratura em razão do descumprimento pelo parlamento do Comando Constitucional. Da mesma forma, temos reiterado a necessidade da retomada do adicional por tempo de serviço e a injustiça do modelo atual, ao não remunerar diferenciadamente aqueles com mais tempo de casa.

Além do acompanhamento junto à Câmara de Conciliação, a AMMP se reuniu com diversos Ministros do Supremo Tribunal Federal, além de Deputados e Senadores a fim de tratar das mais diversas questões Institucionais.

Em outra frente, os preparativos para o XIII Congresso Estadual vão de vento em popa com a confirmação de praticamente todos os palestrantes e do show de encerramento. Teremos além da parte científica, a cultural com duas festas bastante animadas. A fim de incentivar a participação da classe, os inscritos até 14 de junho recebem a cortesia para o acompanhante. Fica aqui, mais uma vez, o convite para este importante momento da vida Institucional.

Ainda em alusão a esta estação que anuncia a chegada do frio, incentivamos as ações solidárias com a campanha do agasalho, que têm distribuídos 3 postos de coletas em BH, no hall do edifício-sede da AMMP e no 2º andar e no pilotis da 2ª torre do edifício da PGJ. Além disso, a Associação disponibilizou a compra de kits femininos e masculinos com uma manta, uma calça, uma blusa, um par de meias, uma touca e um par de sapatos. Para doar é só ligar na secretaria da AMMP no telefone (31) 2105-4878.

Diretoria

JUSTVIDA. O SEGURO COMPLETO QUE PROTEGE VOCÊ E A SUA FAMÍLIA.



Protege a sua família.
Coberturas de morte, invalidez permanente por acidente, decessos. Permite inclusão de cônjuge na apólice.



Para quem tem entre 66 e 80 anos.
Coberturas de morte e invalidez permanente por acidente.



O seguro que toda mulher deveria fazer.
Indeniza a segurada em caso de diagnóstico de câncer de útero, ovários e mamas. Inclui coberturas de JustVida Essencial.



Doença não tem hora para aparecer.
Indeniza o segurado ou segurada em caso de diagnóstico de doença grave. Inclui coberturas de JustVida Essencial.

FAÇA JÁ O SEU JUSTVIDA. LIGUE 3003 9175

www.sienaseguros.com.br/ammpseg



ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammp@ammp.org.br
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

1º vice-presidente:
José Silvério Perdigão

2º vice-presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:
Luiz Felipe de Miranda Cheib

4º vice-presidente:
Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:
Fabrício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:
Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:
Eduardo Francisco Lovato Bianco

2º diretor financeiro:
Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem
1.000 exemplares

Delação premiada e condução coercitiva ficam de fora do substitutivo do novo CPP

O substitutivo ao projeto do Novo Código de Processo Penal sinaliza para a redução do número de recursos prolatórios, mas não faz mudanças nas regras da delação premiada e da condução coercitiva.

Na primeira versão do substitutivo, apresentado em abril pelo relator do PL 8045/10 (Novo Código Penal), na Câmara dos Deputados, João Campos (PRB), foi incluído o instrumento “julgamento antecipado”, válido para crimes com pena de até 8 anos de reclusão.

A proposta determina que o réu tenha direito de reconhecer como verdadeiras provas e acusações apresentadas contra ele diante do juiz na audiência de instrução. Caso isto ocorra, o juiz poderá, em julgamento antecipado, determinar o cumprimento imediato da sentença. Neste caso, o réu poderá abrir mão dos recursos a que tem direito para receber uma redução da pena aplicada.

De acordo com Campos, a medida visa dar mais celeridade à Justiça criminal brasileira. “Se o acusado, ao lado do seu defensor, reconhecer e confessar que todo o conjunto probatório produzido pela polícia e conhecido pelo promotor [de Justiça] é verdadeiro, o juiz poderá condená-lo a cumprir uma pena menor. Nesse caso, a sentença é executada imediatamente”, disse o relator para a Agência Câmara.

Os Embargos de Declaração também receberam modi-

ficações nas mãos de Campos. O substitutivo limita em um o número de vezes em que o instrumento pode ser utilizado.

Sobre a segunda instância, a proposta é incorporar ao novo CPP a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a execução imediata de pena a partir da decisão colegiada das cortes.

Em voga no Brasil nos últimos anos devido a Operação Lava Jato, a delação premiada não recebeu alterações no substitutivo. Para o relator, o tema deve ser tratado por lei específica. “Como é algo muito específico, relacionado apenas às organizações criminosas, entendo que qualquer mudança deva ser feita na lei ordinária [12.850/13] e não no código de processo penal”, afirmou João Campos.

Já o instituto da Condução Coercitiva não recebeu citação no substitutivo. O relator explicou que o tema ainda carece de mais discussões na Comissão Especial do Novo Código Penal.

Ritmo

Embora tenha chegado à Casa em 2010, o PL 8045 tem tramitação lenta. Neste ano, foram marcadas sete reuniões na Comissão Especial que analisa o tema, no entanto, apenas duas foram realizadas. As outras foram canceladas ou não aconteceram por falta de quórum. Já foram apensados ao PL 8045/10, outras 254 proposições de projetos de lei.

Câmara de Conciliação realizou 5º reunião para discutir o auxílio-moradia

No último dia 8 de maio, a Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União (AGU), que analisa a legalidade do auxílio-moradia, se reuniu com entidades para debater o tema e a expectativa de duração da negociação. Participaram do encontro, o presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, os presidentes das Associações dos Magistrados Brasileiros (AMB), dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e dos Procuradores da República (ANPR).

A expectativa é que as próximas reuniões da Câmara de Conciliação mantenham a discussão do assunto antes da formalização de qualquer proposta. Os próximos encontros do órgão devem acontecer ao longo de junho.

Desde o início dos trabalhos, a CONAMP tem defendido que “se amplie o escopo do procedimento para construção de um modelo remuneratório nacional e unificado, que atenda ativos e aposentados”, conforme declarou o presidente Victor Hugo.

#ammpacompanha

Ação do MPMG garante recursos para a saúde em Diamantina



zerar um passivo de mais 400 procedimentos. A liberação dos recursos fica condicionada à execução das cirurgias eletivas indicadas pelo SUS. A ação é fiscalizada por uma comissão, que a cada três meses, confere o andamento do cronograma.

Juntas, as casas de saúde atendem aproximadamente 42 municípios e realizam, apenas na rede de urgência/emergência, mais de 130 mil atendimentos médicos ao ano. São disponibilizados serviços de clínica geral, pediatria, neonatal, ginecologia e obstetrícia, ortopedia, clínica médica, cirurgia geral, neurologia, CTI, UTI, cirurgia cardíaca e neurocirurgia.

A iniciativa do Ministério Público visou reverter um quadro falimentar da saúde na cidade. O promotor responsável pelo TAC, Luís Gustavo Patuzzi Bortoncello, relatou que ao iniciar seus trabalhos na comarca da cidade, em agosto 2016, encontrou o HNSS parado devido à falta de recursos e a Santa Casa com problemas financeiros. A Santa Casa possuía dívida aproximada de R\$ 3 milhões e déficit mensal na ordem de R\$ 50 a R\$ 100 mil. Já o HNSS, dívida de R\$ 15 milhões e déficit mensal de R\$ 850 mil, superior à receita de R\$ 800 mil.

Em relação ao HNSS, Bortoncello, por meio de um inquérito civil, detectou uma série de irregularidades. "O Hospital Nossa Senhora da Saúde tinha administração ruim e improba. Entrei com uma Ação Civil Pública contra a Irmandade Nossa Senhora da Saúde, administradora do hospital. O juiz decretou a intervenção. O patrimônio da empresa administradora e dos sócios estão bloqueados para o ressarcimento do prejuízo. Posteriormente, firmamos um acordo com a Irmandade, que interrompeu a intervenção. O déficit do HNSS, por exemplo, reduziu de R\$ 850 mil/mês para R\$ 350 mil/mês. O trabalho de renegociação de dívidas também ocorreu na Santa Casa de Caridade, que apesar das dificuldades tinha excelente administração".

A mudança no panorama da saúde em Diamantina não é apenas de recurso, como enfatiza o promotor. "Não basta apenas o envio dos recursos, mas também a eficiência. A partir do TAC vamos zerar o passivo de cirurgias em um ano. Existem pessoas aguardando uma cirurgia há 8 anos".

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde de Diamantina e a prefeitura do município, em fevereiro deste ano, elevou gasto com serviços de urgência e emergência e da rede de resposta hospitalar de R\$ 490 mil por mês para R\$ 1,1 milhão por mês.

Do total, os repasses feitos pelo município, que eram de R\$ 90 mil, saltaram para R\$ 600 mil, que se somam aos R\$ 500 mil investidos pela União. Os valores definidos pelo termo estão sendo repassados para o Hospital Nossa Senhora da Saúde (HNSS) e para a Santa Casa de Caridade.

O TAC também determinou a elaboração de um calendário de cirurgias eletivas entre a Secretaria Municipal de Saúde de Diamantina e os respectivos hospitais. A meta é



Chá das 3 mantém a tradição das Festas de São João

No dia 5 de junho, a AMMP organizou o 6º Chá das 3 de 2018, para pensionistas e aposentados. Dessa vez, o evento realizado na sede da Associação aconteceu em ritmo de Festa Junina.

A Comemoração no mês de São João foi regada a caldo de moranga, chocolate quente e canjica. E como não existe festa junina sem quadrilha, participaram do evento, dançarinos do Arraial de Belô, que apresentaram o forró pé de serra, e membros da Escola de Dança El Abraço Tan-

go.

O procurador de Justiça, Manuel Jeová Teixeira aprovou a chance de frequentar uma Festa Junina. “Eu gosto de festa junina, mas não tenho tido tempo de participar. A associação me deu a oportunidade de participar de uma”, relatou.

O associado também fez questão de elogiar o chá, que acontece mensalmente. “É uma grande oportunidade de rever os amigos. As pessoas que estão vindo estão mais



Erramos – Na edição de abril do AMMP Notícias, trocamos o nome do Professor Miguel Marzinetti França

Preocupado com as deficiências do judiciário brasileiro, professor Miguel Marzinetti França lançou livro “Justiça Multiportas e o Paradoxo do Acesso à Justiça no Brasil”



Em abril, na sede da Associação, Miguel Marzinetti lançou a obra, pela editora Lumen Juris, para abrir importante debate sobre o judiciário nacional. A partir de pesquisas sobre o funcionamento do Poder em outros países, Marzinetti concluiu que o

“Judiciário Brasileiro é o mais caro e o mais ineficiente do mundo”. “Posto este cenário, eu concluo que depender do Judiciário não é uma alternativa democraticamente viável. Nós precisamos desviar a resolução de conflitos para outros setores da sociedade, inclusive iniciativa privada, nos casos em que isso é razoável e pertinente, como acontece em outros países. Justiça multiportas é exatamente essa noção de métodos de resolução de conflitos paralelos ao judiciário. Uma pessoa teria alternativas diversas para resolver conflitos de acordo com a natureza de seu problema”.

Além do lançamento da obra, também foi organizado o debate “Falência do Poder Judiciário, Democracia e Alternativas”, no auditório Procurador José Diogo de Almeida Magalhães, com participação dos expositores professores Humberto Theodoro Júnior e José Luiz Quadros de Magalhães e da debatedora a professora Suzana Santi Cremasco.

Acompanhe a agenda da Diretoria

Reunião Extraordinária da Conamp discute tema de interesse da classe

No dia 16 de maio, a diretoria da AMMP participou de Reunião Extraordinária da Conamp, em Brasília. Durante a reunião foram discutidas as atualizações legislativas, processos em tramitação na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, além de projetos de interesse geral da classe.

No ato da Reunião Extraordinária da Conamp foi criada a diretoria das mulheres.



Diretoria visita comarcas no Triângulo



No dia 9 de abril, a diretoria da AMMP visitou as comarcas de Uberaba e Araguari, com o objetivo de conhecer a estrutura de trabalho dos locais, dialogar com os promotores e promotoras e abordar questões institucionais.

Diretoria da AMMP acompanha sessão do CNMP



A diretoria da AMMP acompanhou, na tarde do dia 15 de maio, sessão do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília.

Reunião com o Corregedor-Geral do MPMG

A diretoria da Associação Mineira do Ministério se reuniu, no dia 14 de maio, com o Corregedor Geral do MPMG, procurador de Justiça Paulo Roberto Moreira Cançado.

Durante a reunião foram discutidos temas de interesse da classe.

AMMP participa de encontro regional em Ipatinga

No dia 17 de maio, a Associação Mineira do Ministério Público participou de encontro regional em Ipatinga promovido pela Procuradoria Geral de Justiça.

Diretoria trata com ministro Marco Aurélio da ADI 5.704, a fim de que Promotores de Justiça possam concorrer ao cargo de PGJ



A diretoria da AMMP se reuniu com o ministro do Supremo a fim de tratar da ADI 5.704. Em caso de procedência, os Promotores de Justiça poderão concorrer ao cargo de Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais.

A ADI 5.704, relatada por Marco Aurélio, chegou ao STF em abril de 2017. Na ocasião, a AMMP apresentou dois requerimentos ao ex-Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, e à ex-presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, para eventual ajuizamento de ADI questionando inicialmente o artigo 123, parágrafo 1º da Constituição Estadual, e 5º inciso da Lei Complementar 34/1994, que tratam da concorrência ao cargo de PGJ. O pedido foi acatado pelo ex-PGR, que ingressou com a ADI no STF. Posteriormente, a CONAMP requereu sua

admissão no processo como “amicus curiae”.

Ao longo dos últimos anos, a AMMP buscou dialogar com seus pares e com lideranças do parlamento para modificar as regras do escrutínio. Em 2016, uma enquete feita para verificar a posição dos associados acerca da elegibilidade de promotores de Justiça para o cargo de PGJ apontou que 76,76% dos votantes desejavam a mudança legislativa.

A pesquisa ainda se somou à tese “A Participação do Promotor de Justiça na Formação da Vontade Institucional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais”, de autoria do Procurador de Justiça Rodrigo Sousa de Albuquerque, e do Promotor de Justiça Mário Antônio Conceição. A conclusão do trabalho, que também pedia a mudança das regras eleitorais internas, foi aprovada em plenária durante o Congresso Estadual do MP de 2016 e lavada ao Procurador-Geral de Justiça.

À época, os fatos levaram ao encaminhamento de ofício ao então PGJ Carlos André Mariani Bittencourt, bem como a realização de uma série de encontros para tratar do tema.

A alteração nas regras da eleição também foi debatida durante o último processo eleitoral para a escolha do PGJ, quando todos os candidatos se comprometeram com a causa.

Exceções

Apenas quatro Estados não permitem a participação de promotores de Justiça na eleição para Procurador-Geral, são eles: Minas Gerais, Roraima, Tocantins e São Paulo.

XIII

CONGRESSO ESTADUAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



MINISTRO DIAS TOFFOLI

VICE-PRESIDENTE
DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



BRUNO CARPES

SISTEMA PRISIONAL – MITOS, VERDADES E ALTERNATIVAS

PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO SUL

TITULADO EM ESTUDOS AVANÇADOS PELA ESCOLA
DE ALTOS ESTUDOS EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

MEMBRO DO NÚCLEO DE PESQUISA E ANÁLISE
DA CRIMINALIDADE DA ESCOLA DE ALTOS ESTUDOS
EM CIÊNCIAS CRIMINAIS

ESCREVE SOBRE ENCARCERAMENTO
E ENVIESAMENTO DOS NÚMEROS A FIM
DE LEGITIMAR A TESE ALTERNATIVISTA
OU ABOLICIONISTA DO CRIME



LILIA MORITZ

LIMA BARRETO E A DIFÍCIL HISTÓRIA DA INCLUSÃO
SOCIAL NO BRASIL

PROFESSORA TITULAR NO DEPARTAMENTO DE
ANTROPOLOGIA DA USP.

FOI VISITING PROFESSOR EM OXFORD, LEIDEN, BROWN,
COLUMBIA E PRINCETON.

AUTORA E COORDENADORA DE DIVERSAS OBRAS
PREMIADAS (PRÊMIOS JABUTI, PRÊMIO APCA, PRÊMIO ABL).

ATUA COMO CURADORA ADJUNTA PARA HISTÓRIAS E
NARRATIVAS NO MASP.

COLUNISTA DO JORNAL NEXO.



VLADIMIR PASSOS DE FREITAS

A EXECUÇÃO DA SENTENÇA AMBIENTAL E O PAPEL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

DESEMBARGADOR FEDERAL APOSENTADO

PROFESSOR DOUTOR DA PUC-RS

AUTOR DE LIVROS E ARTIGOS SOBRE DIREITO AMBIENTAL E
ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA JUDICIÁRIO



MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

LEI ANTICORRUPÇÃO E ASPECTOS ATUAIS DA LEI DE IMPROBIDADE

MESTRE EM DIREITO DO ESTADO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DOUTORA EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROFESSORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



EDUARDO GIANNETTI

UTOPIA BRASILEIRA

GRADUADO EM ECONOMIA E CIÊNCIAS SOCIAIS PELA USP
E PHD EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE.

FOI PROFESSOR NA FEA/USP E UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE,
ONDE PERMANECE COMO PROFESSOR CONVIDADO.

GANHADOR DE DOIS PRÊMIOS JABUTI COM OS LIVROS “VICIOS
PRIVADOS, BENEFÍCIOS PÚBLICOS” E “AS PARTES & O TODO”



LUIZ FUX

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

MINISTRO DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO



Campanha do Agasalho

A AMMP disponibiliza lotes de kits para doação.

A iniciativa vai até o dia 31 de julho.

Consulte a lista de itens disponíveis no site da AMMP e encaminhe a sua escolha para o e-mail cleonice@ampp.org.br ou para telefone **2105-4839**.



Campanha do Agasalho vai até dia 31 julho

A AMMP promove até dia 31 de julho Campanha Solidária de arrecadação de agasalhos, calçados, meias, cobertores e colchões, que serão entregues ao Centro de Referência da População em Situação de Rua Sul (CREAS Pop).

Os pontos de coletas estão no Hall do edifício da AMMP, no 2º andar e no pilotis da 2ª torre da PJG.

A Campanha também oferece kits femininos e masculinos para doação. Cada kit contém uma manta, uma calça, uma blusa, um par de meias, uma touca e um par de sapatos por R\$88,40 (feminino) e R\$97,10 (masculino).

Faça sua doação e entregue em contato pelo telefone (31) 2105-4878

Imposto de renda solidário da AMMP de 2018 arrecadou R\$ 73 mil para entidades beneficentes de BH

Os associados que participaram do imposto solidário, puderam reverter 3% do valor devido para a entidade escolhida. Por meio de 19 doadores foram recolhidos R\$ 36.211,42 para o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus. A entidade é uma Associação Beneficente e de Assistência Social com a finalidade de prestar assistência material e amparo a crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Já 21 doadores arrecadaram R\$ 37.396,40 para a Associação de Pais e Amigos do Centro de Reabilitação (Aspac). A instituição filantrópica se dedica à habilitação e à

promoção social de crianças, adolescentes e adultos com diferentes tipos de necessidades especiais ou que tenham sofrido violência sexual, bem como àquelas acometidas por distúrbios na área da comunicação, aprendizagem e comportamento.

No ano passado, o montante recolhido foi de R\$ 66 mil. O valor foi doado à Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem.



Desfragmentar para criar e construir

Em exibição no hall da sede da AMMP até o dia 14 de junho, a exposição “Rostos, formas e fragmentos” de Cecília Viana, demonstra como artistas contemporâneos podem criar obras a partir de olhar pós-moderno de artes da antiguidade.

Carro-chefe da mostra, a série “Vênus” levou para os visitantes uma nova percepção de uma das obras mais importantes da humanidade: a Vênus de Milo. Se na Grécia antiga a ela era vista como um ideal de beleza e contemplação, nas mãos da artista a figura mítica foi desfragmentada em várias partes, o que leva ao questionamento do ideal de perfeição feminino. “Na série Vênus, eu busquei refutar os conceitos intrínsecos à obra original, que é de representar a mulher em uma forma perfeita, um símbolo de devoção. Na antiguidade ela era um arquétipo de perfeição e hoje já não a enxergamos de forma devocional. A arte contemporânea faz isso. Fragmenta, subverte e traz um novo olhar”, disse a autora da obra “Vênus em fragmentos”.

Já a série “Natureza”, concentra-se em apresentar a relação do ser humano com o mundo natural. O espectador,

por meio das telas em aquarela, lembrará que tem consciência da existência do meio ambiente, mas se deparará com a realidade de ser apenas mais um elemento da natureza. Há também, por parte da autora, o ato de representar os aspectos recônditos da natureza humana. “Represento a natureza na sua forma externa e interna também. Falo das frutas, dos animais, por exemplo. Mas também expreso a própria natureza humana. Temos questionamentos em nós, que está intrínseco na nossa mente, na nossa memória. As vezes parece um sonho, algo onírico”, detalhou Cecília Viana.

A artista ainda demonstra capacidade de transitar por outras formas estéticas, já que na série “Fotografias”, são expostos registros fotográficos de obras sacras feitas sob encomenda. Nelas, imagens icônicas do cristianismo são representadas em cores vivas, garantindo a aura divina da arte religiosa.

Nascida em Divinópolis e graduada em Pintura no curso de Artes Visuais pela Escola de Belas Artes, Cecília Viana se nutre em diversas fontes de inspiração. Suas influências principais são Rodin, David Hockney, Luiz Zerbini, Picasso, Matisse e Adriana Varejão.



Você sabia?

Osteoporose: “processo silencioso e lento”

Na edição deste mês, o AMMP Notícias entrevistou o ortopedista e traumatologista Ricardo Savassi Stehling, que traçou um panorama sobre a perda óssea. O especialista atende na sede da Associação quartas (8h às 12h) e sextas (13h30 às 17h).



1) O que é a perda óssea?

O metabolismo ósseo está sempre em atividade: formando e absorvendo osso. Até, aproximadamente, 35 anos temos maior acúmulo do que absorção óssea. Posteriormente passamos a ter maior perda. Após a menopausa as mulheres apresentam maior perda óssea que os homens. A nossa reserva óssea

dependerá da alimentação rica em cálcio, os hábitos de vida como exercícios físicos com atividades de impacto, banhos de sol (vitamina D), e atenção aos hábitos que fazem o organismo diminuir nossas reservas de cálcio como o tabagismo, ingestão de álcool e cafeína.

2) A perda óssea é um processo natural do envelhecimento ou também acomete pessoas mais jovens?

Pode acometer pessoas mais jovens com algumas patologias. Problemas de tireoide, paratireoide, tumores de alguns tipos de câncer e uso de medicação anticonvulsivante. A perda é mais comum ocorre em mulheres brancas de baixo peso. Neste caso decorrente de história genética.

3) As fraturas podem se tornar mais frequentes?

São mais frequentes na osteoporose, principalmente em mulheres, embora os homens também sofram fraturas, principalmente no colo de fêmur, no fêmur proximal, bacia, coluna e rádio distal.

4) Quais são os sintomas?

É um processo silencioso e lento. Um dos sintomas de uma osteoporose grave é a fratura espontânea ou a partir de mínimos esforços. O quadro grave também apresenta dores crônicas, principalmente na coluna. As vertebbras podem “amassar”, ou seja, sofrer micro fraturas.

5) Quais são os exames que ajudam a identificar a osteoporose?

Exames laboratoriais de sangue e densitometria óssea.

6) Caso a pessoa seja acometida pela osteoporose como tratar? É reversível?

Em alguns casos é reversível, mas o objetivo é sempre parar de perder. Existem medicações específicas para tratar do problema, assim como a mudança dos hábitos cotidianos.

7) Os cânceres que acometem os ossos têm relação com a perda óssea?

Tem sim. A perda óssea ocorre em função dos tumores primários e das metástases de cânceres como o de mama, próstata, pulmão entre outros. O mieloma múltiplo de destaca provocando várias fraturas patológicas.

8) Como prevenir a perda óssea?

Tem fatores que são muito importantes. Boa musculatura ajuda a proteger das quedas. Atividade de impacto ajuda a fortalecer o osso. Vitamina D, exposição solar e o controle da concentração de cálcio são importantes, bem como o acompanhamento de patologias, como hipertireoidismo, hipotireoidismo, hiperparatireoidismo e avaliação de tumores. Alimentação rica em cálcio, o que envolve laticínios e vegetais verdes. Evitar cigarro, álcool e cafeína, presente em chás, refrigerantes e café.

NOVOS CONVENIADOS

BELO HORIZONTE

NOME: Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A
Endereço: Rua Roma, 561 SL 401 A 408
Bairro: Santa Lucia - Belo Horizonte -
CEP: 30360-680
Telefone: (31)2512-7796
Especialidade: Oncologia/Hematologia

NOME: Postural Fit Clínica de Fisioterapia Ltda
Endereço: Avenida prof. Mario Werneck, 2134 Loja 5
Bairro: Buritis - Belo Horizonte - CEP: 30575-180
Telefone: (31)2512-0483
Especialidade: Fisioterapia/Reeducação Postural Global

NOME: Trinutrix Empresa de Consultoria em Nutrição Ltda Me
Endereço: Avenida Contorno, 2874
Bairro: Santa Efigenia - Belo Horizonte - CEP: 30110-014
Telefone: (31)3423-3553
Especialidade: Nutricionista/Dermatologia/Endocrinologia/Fonoaudiologia/Pediatria/Psicologia/Psiquiatria/Ortopedia



Confira o
**quadro de horário
de atendimento**
dos médicos

ORTOPEDIA

Ricardo Savassi Stehling

Quarta – 8h às 12h

Sexta – 13h30 às 17h

ammp.org.br

Perfil

“Sempre questioneei como as pessoas eram capazes de desviar dinheiro público onde ele menos existia”



Renata de Andrade Santos
Promotora de Justiça

1) Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal

Nasci no interior do Mato Grosso do Sul e aos 17 anos me mudei sozinha para Curitiba, onde fiz o curso de Direito na UFPR. No meio do curso já defini que estudaria para concurso público. Me formei, advoguei alguns anos na área cível, fui Juíza Leiga no Juizado Especial de Curitiba e estudava com foco para os concursos do Ministério Público. Fiz 22 concursos no total, pelo menos 4 no Paraná, 4 em São Paulo, 4 no Mato Grosso do Sul, outros em Brasília, Santa Catarina,

Rio Grande do Sul, até ser aprovada no LI Concurso do MPMG, onde, definitivamente, me realizei como profissional.

2) Quando ingressou no MPMG e o que a motivou a se tornar promotora?

Tomei posse em 5 de março de 2012, e o que me motivou foi a vontade de tentar fazer diferença na sociedade onde eu vivo. Sempre fui apaixonada pela área criminal e pela atuação na defesa do patrimônio público, que acredito serem, ainda, onde o Ministério Público deve atuar com mais ênfase a fim de cumprir sua missão constitucional. Na atualidade a gente vê tanta ONG, instituição, professores, faculdades, profissionais do Direito, todos quase uníssonos em falar das dificuldades que os presos enfrentam cumprindo pena, de como o “sistema”, este ente abstrato, é perverso, mas pouco

se fala das consequências dos crimes para as vítimas e familiares, quase nada se diz acerca dos mais de 60 mil homicídios que temos registrado anualmente no nosso país. Acredito que só uma atuação firme do Ministério Público nestas áreas, frisando sempre o combate à corrupção em todas os setores, Prefeituras, Secretarias e órgãos públicos em geral, poderá trazer benefícios de fato para a sociedade e redução nos péssimos índices de criminalidade que possuímos.

3) Consegue se lembrar de fatos ou conquistas marcantes alcançadas durante a trajetória no MPMG?

Meus primeiros três anos de carreira foram em Comarcas do Norte de Minas, em regiões paupérrimas e com Índice de Desenvolvimento Humano muito baixos. Havia muita corrupção nas Prefeituras, e a

sociedade era carente de quase tudo. Na Comarca de Manga, por exemplo, identifiquei que os adolescentes costumavam não se inscreverem para o ENEM porque não possuíam RG, e os adultos não tinham Carteira de Trabalho assinada, em regra, simplesmente porque nos Municípios faltava “papel” para a confecção destes documentos. Fiz contato com diversos órgãos e conseguimos realizar alguns mutirões enquanto estive lá para regularizar a situação documental das pessoas. Também verifiquei que os moradores do Município de Jaíba tinham dificuldade para acessar a Promotoria. Jaíba fica cerca de 75 km distante da sede da Promotoria, após a balsa do rio São Francisco, e o acesso, além de difícil, era caro. Não há transporte público. Na época, o Secretário de Saúde passou a negar peremptoriamente todo e qualquer medicamento, exame e

pedido de tratamento fora do domicílio para os cidadãos, colocando um aviso na Prefeitura que negava tais direitos, pois sabia que a população estava refém, já que não tinha condições financeiras de se deslocar à sede da Comarca. Assim, passei a me deslocar semanalmente até Jaíba, no meu próprio veículo, e realizava os atendimentos à população na sede de uma escola, recolhendo documentos e assinaturas das pessoas que tinham seus direitos previamente negado. Após uma manhã de filas e atendimentos diversos, chegava na sede da Promotoria com diversas ações para propor, mas com a sensação de dever cumprido, de aproximar o Ministério Público da sociedade em geral. Também buscava com rigidez combater a corrupção nos Municípios das Comarcas. Sempre questioneei como as pessoas eram capazes de desviar dinheiro público onde ele menos existia, em regiões em que falta tudo? Fizemos algumas ações em parceria com a Coordenadoria do Patrimônio Público de Montes Claros, à época coordenada pelo colega Paulo Márcio, com índices muito positivos. Quando se atua como Promotor de Justiça em todas as áreas, não há como deixar de lado

nenhuma curadoria, tudo é importante. Eu priorizava a Infância e Juventude, agilizando os processos de adoção em parceria com o Poder Judiciário local. Em um inquérito civil instaurado na Curadoria do Patrimônio Histórico e Cultural, sem judicializar, obtivemos êxito em restaurar a Igreja Matriz de Matias Cardoso, uma das mais antigas de Minas Gerais. Na área criminal, procurei sempre dar apoio às vítimas e familiares, que são as mais atingidas pelos efeitos do crime em geral. Sempre trabalhei, principalmente nas Comarcas menores, Manga, Coração de Jesus, Francisco Sá, em parceria com a Polícia Militar local e incentivei a participação da sociedade no Conselho de Segurança Pública, e, com instalação de câmeras espalhadas pela cidade e maior participação da população em parceria com a PM, houve a redução dos índices de crimes violentos no comércio local, por exemplo. À frente da Promotoria do Júri de Montes Claros obtive êxito em um caso complicado, ao conseguir a condenação de dois acusados de terem matado um casal de idosos no trânsito, em uma disputa automobilística (foi uma das primeiras condenações do Estado em

caso de "racha"). Em Monte Carmelo, em parceria com o PROCON-BH, fizemos diversas inspeções na área do Consumidor, garantindo os direitos da sociedade em geral. Foi lá, também, que comecei a atuar em parceria com o GAECO de Uberlândia, onde tenho, hoje, a possibilidade de realizar um trabalho sério e combativo, em parceria com os colegas Daniel Marotta Martinez e Adriano Arantes Bozola. E em meio a tudo isso, descobri que minha é, de fato, atuar como Promotora de Justiça Criminal, em especial no combate à criminalidade organizada.

4) A senhora trabalhou em várias cidades do Norte do Estado e atuou em diversas promotorias. Como define a experiência de ter que lidar com problemas de natureza tão distinta em cada área?

A gente descobre que pode se desdobrar e dar o nosso melhor em cada matéria. Estuda, pede ajuda aos colegas mais antigos, pesquisa, adapta ações já propostas por outros colegas. Trabalhei muitos anos em Promotorias únicas ou cumulando todas as Promotorias da Comarca (como em Manga durante quase um ano e Monte

Carmelo, durante alguns meses). Isso me deu uma base muito sólida em todas as áreas. Só quem vive a experiência de atuar em Promotoria única entende o que é se multiplicar, estar ao mesmo tempo em uma audiência criminal e com uma pilha de processos ao lado para manifestar ou inquéritos civis para analisar, ao mesmo tempo em que faz atendimento ao público na porta da sala de audiências, na farmácia, na padaria local. A gente vira celebridade, é reconhecido pela população por onde vai, enfim, leva o nome do cargo para todo canto. A responsabilidade é grande, mas a vontade de fazer a diferença de forma positiva sempre foi maior, e as mais de 10, 12 horas de trabalho diárias nunca foram motivo de cansaço ou esgotamento, mas de alegria intensa. A Promotoria de Justiça é, para mim, o lugar onde realize diariamente a minha vocação, onde eu coloco em prática a promessa de cumprir a missão para a qual eu acredito possuir e de fazer o melhor que eu puder para isso.

5) O Brasil sofre uma crise na segurança pública. Como a senhora atua no Gaeco, tem visão mais próxima do problema. Qual a

sua opinião sobre o modelo de enfrentamento do crime organizado no país?

Acredito que a maior dificuldade no combate à criminalidade organizada não está na lei, mas nos aplicadores da lei. Hoje vemos uma gama de Juízes de Direito e de Promotores de Justiça disseminando um verdadeiro abolicionismo penal, a falsa crença trazida dos bancos da academia de que “cadeia não é a solução” e da malfadada “crise do encarceramento em massa” do nosso país ou de que “temos a polícia que mais mata”. Ora, a partir de estudos sérios nestas áreas é possível verificar exatamente o oposto, que o nosso país vive uma crise de segurança pública sem precedentes, temos mais de 60 mil homicídios ao ano, matamos mais do que qualquer país em plena guerra civil atualmente e reunimos pelo menos 12,5% do total de homicídios do mundo, além de termos “a polícia que mais morre” no mundo (apenas nos primeiros 4 meses de 2018 tivemos 43 policiais mortos só no Estado do Rio de Janeiro). Apesar disso, investigamos menos de 8% dos casos de homicídios levados à Justiça e, dentre estes, menos de 5% dos casos têm autoria identificada e o autor devidamente pu-

nido. Nos dados prisionais, o Infopen anuncia que temos mais de 720 mil presos (dados de junho de 2016), mas não alerta que neste total incluem-se mais de 150 mil pessoas no regime semiaberto e aberto, o que faz com que tenhamos, na realidade, cerca de 580 mil presos em nosso sistema carcerário e mais de 650 mil mandados de prisão em aberto. Os dados sobre os presos são inflados e bilhões de reais para investimento no sistema prisional está represado há décadas no Fundo Penitenciário, sem qualquer justificativa. Prendemos pouco e prendemos mal (temos mais mandados de prisão em aberto do que presos), pelas dificuldades causadas em especial com a aplicação dessas malfadadas teses, bonitas nos bancos de universidades e academia, mas que geram um verdadeiro caos quando colocadas em prática e em larga escala, como vem sendo feito reiteradamente no Judiciário Brasileiro. Preocupa-se em demasia com o sofrimento do “investigado em face do Estado” e nada com os danos causados pelos investigados às vítimas dos crimes que eles praticam. Daí a importância não apenas de Projetos como “as dez medidas contra a corrupção”, de inicia-

tiva popular recente, mas de pessoas que realmente façam a legislação que já temos ser aplicada como deve ser. Tenho severas críticas à Lei de Execuções Penais Brasileira. Nenhum país sério do mundo coloca o condenado na rua após o cumprimento de 1/6, 2/5 ou no pior dos casos do Brasil, 3/5 de pena cumprida, como é feito por aqui. Enfim, para não me estender demais, acredito que a mudança principal para efetivamente combater o crime organizado deve ser de postura e seriedade, aplicando a lei com as garantias constitucionais previstas, mas com firmeza. Se não houver uma mudança de postura, em especial nos Tribunais, fica impossível combater a corrupção. Nós demoramos meses investigando crimes gravíssimos de desvios de dinheiro público e de funcionários públicos e, não raramente, vemos desembargadores e ministros colocando acusados em liberdade sob a tese de que “a corrupção é crime praticado sem violência à pessoa”. Quantas mortes decorrem do desvio do dinheiro que não chega na saúde, quantos analfabetos e desempregados temos por conta do dinheiro que não chegou na educação? Apesar de todas as dificuldades, sou otimista

quanto ao futuro, acredito que a mudança de mentalidade ocorre aos poucos e que tempos melhores virão pela frente.

6) A senhora faz ou já fez uso de algum serviço da AMMP?

Fiz de alguns poucos, pois as dificuldades de morar muitos anos no interior e de frequentar pouco a capital terminam sendo empecilhos para aproveitar mais as vantagens e cursos da Associação. O que eu mais costumo utilizar são os flats, para me hospedar nas idas a Belo Horizonte.

7) Tem algum hobby?

Eu tento ter um estilo de vida equilibrado e saudável. No dia a dia, faço exercício religiosamente cinco vezes na semana, como muitas frutas e verduras e tento fazer a dieta com acompanhamento nutricional. Sou carnívora convicta, aprendi a apreciar a culinária norte-mineira e me apaixonei pelo pequi. Todo este estilo de vida saudável só é atrapalhado pelas viagens, e, assim, costumo aliar os roteiros com visitas a bons restaurantes, vinícolas, cervejarias artesanais, queijos, praias, aventuras e bons amigos sempre por perto.



Convênio **AMMP**
Instituto Cultural
Filarmônica

Camarote Filarmônica: Desconto 25%

Serviço Exclusivo da reserva prévia de ingressos via email ou telefone, que permitirá retirar a taxa de 20% de conveniência.

Para reservas acima de 30 ingressos: um par de cortesia para o comprador.

Reservas feitas exclusivamente pelos e-mails:
linopereira@filarmonica.art.br
ou **contato@filarmonica.art.br**



Convênio **AMMP**
HONDA

Os associados poderão comprar veículos **Honda** na condição de frotistas, o que dá descontos de

3 a 6,5%

sobre a tabela.

Artigo

É correto validar o silêncio como anuência na usucapião extrajudicial?



Nelson Rosenthal
Procurador de Justiça

A “fuga do Judiciário” conduzirá o usucapiente a dois caminhos: a) a usucapião extrajudicial notarial (art. 216-A, LRP), quando o objetivo for a aquisição da usucapião em qualquer de suas modalidades, exceto a usucapião urbana do art. 183 CF; b) a usucapião administrativa com base em legitimação da posse, independentemente de ato registral, exclusivamente com base nos requisitos do art. 183 da CF. Essa bipartição encontra coró no disposto no

§ 1º do art. 26 da Lei n. 13.465/17: “Nos casos não contemplados pelo art. 183 da Constituição Federal, o título de legitimação de posse poderá ser convertido em título de propriedade, desde que satisfeitos os requisitos de usucapião estabelecidos na legislação em vigor, a requerimento do interessado, perante o registro de imóveis competente”.

No que tange ao modelo da usucapião extrajudicial, foi introduzido no ordenamento jurídico pelo CPC/15, em procedimento afeto ao registro imobiliário. Esse “atalho” para a aquisição originária da propriedade, evidencia a preocupação do ordenamento jurídico não apenas com a garantia do direito do proprietário de excluir os não proprietários do conteúdo mínimo do domínio, como, e mais importante, permitir que a enorme coletividade de não proprietários não seja excluída do acesso à titularidade. Nessa toada de ampliação funcional da atividade registral

e notarial, percebe-se evidente acréscimo qualitativo no recurso ao procedimento extrajudicial, permitindo a qualquer pretendente de usucapião individual – em qualquer de suas modalidades, exceto a urbana (§ 1º, art. 26, Lei n. 13.465/17) – a substituição de um “interminável” processo, pela aquisição da propriedade em poucos meses.

Romanticamente a usucapião ainda é pensada como forma de conversão do fato da posse natural em propriedade, quando a prática demonstra que grande parte dos candidatos a ela aspiram simplesmente por uma regularização de titularidades que, por várias razões, não atendiam às formalidades registrais. Aos chamados “particulares em colaboração” – aqui os notários e registradores –, serão delegadas atividades que a tradição havia colado ao Poder Judiciário. Certamente, a parte mais delicada da usucapião extrajudicial resultava da redação

original do disposto no § 2º do art. 216-A: “Se a planta não contiver a assinatura de qualquer um dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes, esse será notificado pelo registrador competente, pessoalmente ou pelo correio com aviso de recebimento, para manifestar seu consentimento expresso em 15 (quinze) dias, interpretado o seu silêncio como discordância”.

O dispositivo fragilizava o êxito da postulação extrajudicial, pois submetia o requerimento à aquiescência do proprietário do imóvel, em duas oportunidades sucessivas. Tal como o inventário, separação e divórcio, o consenso era pressuposto para a afirmação da via administrativa da usucapião. A primeira oportunidade de se dar consensualidade ao procedimento era através da assinatura do titular do imóvel na planta. Criou-se uma espécie

de negócio jurídico abdicativo de propriedade, que isoladamente não seria suficiente para gerar eficácia real em prol do requerente, eis que o prévio concerto entre possuidor e proprietário seria necessariamente seguido do exame documental dos pressupostos da usucapião, conforme a sua espécie. O fato é que dificilmente veremos situações em que a planta e o memorial descritivo receberão a assinatura dos titulares de direitos reais. Provavelmente, isso ocorrerá nos casos em que o requerente adquiriu onerosamente imóvel e, com o apoio do proprietário ou herdeiros, almeja a regularização registral pela usucapião, com arrimo em um justo título (v.g. promessa de compra e venda integralizada).

Se o proprietário do imóvel usucapiendo não emprestasse originária adesão à planta, era notificado para manifestar o seu consentimento expresso em 15 dias, interpretando-se o seu silêncio como discordância. Surgia então uma segunda ocasião procedimental de concordância entre o requerente e o titular formal do bem. Sem que

seja necessário o apelo à clarividência, parece-nos que muito raramente aquele proprietário que se eximiu de subscrever a planta do imóvel, culminaria por manifestar ao oficial registrador a sua aquiescência ao requerimento de usucapião. Contudo, a Lei 13.465/17 - instituidora do novo marco legal em matéria de regularização fundiária - alterou o referido 216-A da LRP. Segundo a atual redação do § 2º, "se a planta não contiver a assinatura de qualquer um dos titulares de direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo ou na matrícula dos imóveis confinantes, o titular será notificado pelo registrador competente, pessoalmente ou pelo correio com aviso de recebimento, para manifestar consentimento expresso em quinze dias, interpretado o silêncio como concordância".

O que dizer da inovação legislativa? Em princípio, há o resgate da regra geral do "quem cala consente", 'ex vi' do exposto no art. 113 do Código Civil, ou seja, o silêncio como manifestação de vontade tácita, produzirá efeitos jurídicos pois já

não mais subsiste a regra de contenção que tornava necessária a declaração de vontade expressa. Sob uma ótica puramente processual, basicamente pelo viés da efetividade, a nova hermenêutica do silêncio como anuência, não viola as garantias do contraditório e da ampla defesa, de forma que a boa-fé usucapiante e o conjunto probatório que alicerce a lavratura da ata notarial sejam aptos a gerar a presunção contra o titular notificado por edital. O acesso à propriedade como mínimo existencial também é privilegiado, pois a usucapião extrajudicial sai do plano das intenções e se converte em modelo jurídico que atende à diretriz da concretezude, tão cara ao direito civil contemporâneo. Nada obstante, deferir a aquisição originária da usucapião pela via extrajudicial sem o assentimento expresso do titular atual, pode consistir em ofensa ao direito fundamental de propriedade (art. 5º, XXII, CF), sobremodo pelo fato de não haver compensação financeira quando da mutação subjetiva de titularidade. Mesmo que o possuidor ostente prova

documental quanto à aquisição do domínio pelo decurso do tempo e demais pressupostos da usucapião, remanesce com o proprietário a sua titularidade formal, que ostenta um conteúdo mínimo a ser tutelado pelo ordenamento. Devemos ponderar o consentimento tácito pelo silêncio com a garantia institucional da propriedade, pois uma norma infraconstitucional que abstratamente suprima uma titularidade, fora do devido processo legal, ultrapassa o poder de conformação do legislador, quando não envolva expressa anuência do próprio proprietário. Só assim, se legitima a ponderação entre o espaço de liberdade do indivíduo, o direito fundamental de acesso à propriedade e o interesse da coletividade. Busca-se uma necessária compatibilização entre a urgência da desjudicialização e a exata adequação entre direitos fundamentais. Enfim, como lembra doutrina de boa cepa, a garantia institucional do direito de propriedade atua como "limite do limite", ou seja, "um limite à própria possibilidade de limitação ou conformação do direito de propriedade".

* Os artigos publicados no AMMP Notícias não refletem a opinião da AMMP

Circuito das Estações



Dia 17 de junho a capital mineira recebe a etapa Inverno do Circuito das Estações. A prova terá percursos de 5, de 10 e de 16 quilômetros.

O circuito é realizado em 4 etapas. Uma em cada esta-

ção. Assim, o atleta tem condições de acompanhar seu próprio rendimento, em condições diferentes de temperatura e umidade.

Um dos diferenciais que a organização da prova implantou foi o percurso de 16 km. Belo Horizonte tem poucas provas de média e longa distâncias.

No dia do evento, as largadas serão na Nova Praça da Pampulha, em frente à Igreja São Francisco de Assis. Às 8h largam os atletas que vão correr o 5km. E às 8h30, os atletas dos 10 e dos 16km.

Pelotões de largada

Você conhece? Já ouviu falar? Alguns eventos disponibilizam esse tipo de organização na hora da largada. Isso serve para que todos possam correr, em seu ritmo, sem atrapalhar ninguém, nem serem atrapalhados. Os atletas são alocados de acordo com seu ritmo de corrida. Existem 4 pelotões:

Quênia - ritmo abaixo de 04'50" min/km

Azul - ritmo de 04'51" até 05'50" min/km

Verde - ritmo de 05'51" até 06'50" min/km

Branco - ritmo acima de 06'50" min/km

Instruções passadas, é só chegar e correr. Boa prova!

9ª Meia Maratona de BH



Se BH é carente de provas de média e longas distâncias, a Meia Maratona de BH é a exceção. A prova veio pra ficar e a cada ano, atrai milhares de atletas. O percurso não muda muito das corridas realizadas na capital mineira. O cenário é sempre a Lagoa da Pampulha, mas, para se completar a distância, uma parte desses quilômetros passa dentro do Zoológico. O que dá um charme pro evento.

Em cada ano, um animal da nossa fauna é o mascote. Na edição de 2018, o Tamanduá Bandeira é que vai estampar as camisas e todo material de promoção do evento. Inclusive, no site da organização, onde são feitas as inscrições, existe um link onde o atleta poderá obter mais informações sobre esse mamífero encontrado em todos os biomas brasileiros, como Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal, Cerrado e Pampa.

Se você já está pronto para correr 21.097m, esta é a chance. As inscrições ainda estão abertas. Boa sorte.